



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
Conselho Geral

fev

REGULAMENTO

PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO GERAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

ARTIGO 1º - Composição do conselho geral

- 1 – O conselho geral é composto por trinta e cinco membros.
- 2 – São membros do conselho geral:
 - a) Dezoito representantes dos professores e investigadores;
 - b) Seis representantes dos estudantes;
 - c) Dez personalidades externas de reconhecido mérito, não pertencentes à instituição, com conhecimentos e experiência relevantes para esta;
 - d) Um representante dos funcionários não docentes.

ARTIGO 2º - Duração dos mandatos

- 1 - O mandato dos membros eleitos e dos membros designados é de quatro anos, exceto no caso dos estudantes, que é de dois anos.
- 2 - Os membros do conselho geral não podem ser destituídos, salvo pelo próprio conselho, por maioria absoluta, em caso de falta grave e nos termos do regulamento do próprio órgão.

ARTIGO 3º - Início do processo eleitoral

As eleições para a escolha dos representantes de cada um dos corpos representados no conselho geral são iniciadas por despacho do presidente do conselho geral, divulgado nas unidades orgânicas do IPC com, pelo menos, 30 dias seguidos de antecedência em relação à data da votação, e 15 dias seguidos de antecedência em relação à data de apresentação de listas, definindo nomeadamente o calendário eleitoral e os locais de votação.

ARTIGO 4º - Processo eleitoral

- 1 - A eleição dos representantes de cada um dos corpos é conduzida por uma comissão eleitoral presidida pelo presidente do conselho geral e integrando ainda dois ou mais elementos do conselho geral indicados por este órgão, e por representantes de cada uma das listas concorrentes.



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
Conselho Geral

Handwritten signature in blue ink.

2 - Os membros a que se refere a alínea a) do ponto 2) do artigo 1º são eleitos pelo conjunto dos professores e investigadores das unidades orgânicas do IPC, pelo sistema de representação proporcional, de acordo com o seguinte procedimento:

- a) Cada unidade orgânica de ensino constitui um círculo eleitoral;
- b) A eleição faz-se por listas e por escolas. As listas deverão ser subscritas por, pelo menos, dez por cento dos membros dos cadernos eleitorais e ter, para além dos membros efetivos a eleger, pelo menos cinquenta por cento de suplentes;
- c) Os representantes eleitos de cada lista são determinados através da aplicação do método de Hondt;
- d) O número de representantes a eleger em cada unidade de ensino é proporcional ao número de professores e investigadores ETI incluídos nos cadernos eleitorais dessa unidade orgânica;
- e) Os cadernos eleitorais são elaborados tendo por referência a data do Despacho;
- f) O número de professores a que se refere a alínea d) é calculado tendo por base a percentagem de tempo de serviço a que corresponde a contratação de cada um dos professores ou investigadores;
- g) Se não couber a alguma unidade de ensino eleger qualquer membro por força da regra definida no ponto anterior, ser-lhe-á atribuída a representação mínima de um membro;
- h) A verificar-se a eventualidade prevista no ponto anterior, os membros a eleger depois de deduzidos os resultantes da representação mínima serão distribuídos proporcionalmente pelas restantes unidades de ensino em função do número de eleitores que cada uma possui, conforme se explicita nas alíneas d) e e).

3 - Para efeitos do número anterior, têm legitimidade eleitoral ativa e passiva os professores de carreira, bem como os professores convidados e equiparados, e os investigadores.

4 - Os membros a que se refere a alínea b) do ponto 2) do artº 1º são:

- a) Eleitos pelo conjunto dos estudantes do IPC, num círculo único, pelo sistema de representação proporcional;
- b) As listas devem ser completas e não devem incluir, quer nos membros efetivos, quer nos membros suplentes, mais do que quarenta por cento de estudantes da mesma escola e devem ser subscritas por, pelo menos, um por cento dos estudantes do IPC e em, pelo menos, cinco das suas escolas.



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
Conselho Geral

fev

5 - Os membros a que se refere a alínea c) do ponto 2) do artº 1º são cooptados pelo conjunto dos membros referidos nas alíneas a) e b) dos mesmos ponto e artigo, por maioria absoluta, com base em propostas fundamentadas subscritas por, pelo menos, um terço daqueles membros;

6 - A cooptação dos membros referidos no número anterior é feita numa reunião do conselho geral expressamente convocada para o efeito conforme previsto no nº 5 do artº 11º dos Estatutos – no prazo de cinco dias úteis após a homologação dos resultados das eleições – e o procedimento a adotar para este efeito é o seguinte:

- a) As propostas são apresentadas por um dos seus subscritores numa primeira fase da reunião, e imediatamente apreciadas sob o ponto de vista da sua aceitabilidade (fundamentação, subscrição por pelo menos 1/3 dos eleitores, inserção na comunidade territorial, ligação às atividades profissionais e empresariais do IPC);
- b) Encerrada a fase de apresentação/aceitação das propostas, proceder-se-á à sua votação, sendo aprovadas as que recolherem a maioria absoluta.

7 - Se o número de propostas aprovadas a que se referem os números 5 e 6 anteriores for superior ao número de elementos a cooptar, serão cooptadas as dez individualidades que tiverem obtido o maior número de votos a favor. Em caso de empate serão cooptadas as entidades com menor número de votos contra. Se persistir o empate, procede -se a votação alternativa entre as personalidades em causa.

8 - Na escolha das personalidades de mérito, deve ser tido em consideração que estas são especialmente caracterizadas na sua organização institucional pelos seguintes princípios:

- a) Inserção na comunidade territorial respetiva;
- b) Ligação às atividades profissionais e empresariais correspondentes à sua vocação específica ou a determinadas áreas de especialização, com o objetivo de proporcionar uma sólida formação profissional de nível superior.

9 - O membro a que se refere a alínea d) do n.º 2 é:

- a) Eleito pelo conjunto dos funcionários não docentes do IPC, num círculo único, pelo sistema de representação proporcional;
- b) As listas devem incluir um membro efetivo e um membro suplente, e serem subscritas por, pelo menos, dez por cento dos funcionários do IPC em serviço em, pelo menos, cinco das unidades orgânicas.

10 - Os membros eleitos do conselho geral cessam o seu mandato sempre que perderem o estatuto em que foram eleitos.



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
Conselho Geral

11 - As eleições para substituição de membros que tenham perdido o mandato são feitas para atribuir mandatos de substituição que se extinguem na data em que terminam os mandatos que visam substituir.

12 - O não cumprimento dos prazos definidos nos estatutos para a eleição dos membros do conselho geral, bem como do presidente do IPC, implica a perda de mandato do presidente do conselho geral e a sua substituição imediata, até eleição de novo presidente, pelo membro mais antigo do conselho geral de entre aqueles incluídos na alínea c) do ponto 2 deste artigo. Nos casos em que se verifique uma situação de empate é escolhido o membro mais idoso.

ARTIGO 5º - Casos omissos

1- Os casos omissos na legislação aplicável ou neste regulamento eleitoral serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Regulamento aprovado por unanimidade na reunião de 9 de setembro de 2016

Coimbra, 31 de outubro de 2016 – O Presidente do Conselho Geral, *João Maria de Moraes Palmeiro*